



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Diversidade cultural e artística marca Dia do Patrimônio Histórico em BH

Várias cidades mineiras transformaram a Praça da Liberdade em um dos maiores corredores culturais a céu aberto do país

Página 03, 04 e 05



Saiba mais sobre a trajetória de Rodrigo Melo Franco



O homem que defendeu o patrimônio durante décadas

Páginas 06 e 07

Ecos do Passado



Memórias dos bens culturais que desapareceram de Minas Gerais

Página 09

Palácio da Liberdade reabre as portas e conta detalhes de sua história



Página 12





Impresso Especial

7397091256-DR/MG IEPHA/MG

Peça Desaparecida

Chegou agosto, mês do desgosto e dos cachorros loucos?

m dos acontecimentos que trouxeram fama a agosto como mês do azar foi a tragédia conhecida como "Noite de São Bartolomeu", episódio sangrento cometido pelos reis católicos franceses na perseguição aos protestantes naquele país. A matança iniciou na noite de 23 de Agosto de 1572, e da capital francesa se propagou para outras cidades. Segundo a crendice popular, na noite de 23 para 24 de agosto, São Bartolomeu liberta o demônio de suas correntes para que este faça sua ronda ou passeio pelo mundo, provocando confusão e desordem. Coincidência ou não, o início a 1ª guerra mundial e o suicídio do presidente Getúlio Vargas ocorreram no mês de agosto.



Nossa Senhora de Bonsucesso

Para proteção dos católicos contra os maus agouros, alguns santos são celebrados em agosto: Santo Afonso Maria de Ligório — Fundador da Congregação dos Redentoristas, São Caetano, São Domingos de Gusmão, São Lourenço, Santa Clara, São Bernardo, Santo Agostinho e sua mãe Santa Mônica. É neste mês que também ocorre, no dia 15, uma das mais populares devoções do culto católico, a festa que comemora a assunção de Nossa Senhora. A festa de Nossa Senhora, sob suas diversas denominações, é comemorada nas cidades de: Belo Horizonte, Campo Belo, Caratinga, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Itajubá, Mercês, Nova Era, Nova Lima, Peçanha, Pedro Leopoldo Perdões, São Sebastião, Piranga e Bom Jesus do Bacalhau, Araguari, Araxá, Campina Verde, Coromandel, Ituiutaba, Jeceaba, Lagoa Santa, Martinho Campos, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Timóteo, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, entre muitas outras.

Em homenagem a esta devoção, e para compor o espaço dessa coluna, informamos o desaparecimento da imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso, furtada na noite de 30 de junho de 1994, da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Serranos/MG. O furto foi percebido quando o sacristão abriu a igreja na manhã do dia seguinte, e a peça não se encontrava mais no altar, o que leva a crer que alguém ficou escondido no templo após a última missa noturna. A imagem foi elaborada em madeira policromada, entre o final do século XVIII e início do século XIX e possui aproximadamente 120 cm de altura.

Que os festejos de Nossa Senhora deem força a todos os mineiros, para que na madrugada do dia 23 para 24 de agosto, quando São Bartolomeu soltar o grão tinhoso ou o pé de pato, nas palavras de Guimarães Rosa em seu Grande Sertão, o povo das Gerais esteja protegido por sua fé e devoção.



Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

imprensa mineira nos últimos meses vem dando destaque às A ações e projetos desenvolvidos pelo IEPHA em defesa do patrimônio de nosso estado. Todos os meios de comunicação: impresso, rádio, televisão, revista e eletrônicos, abordaram temas dos quais o patrimônio cultural e o IEPHA são protagonistas. Um dos assuntos que invadiu o noticiário foi a parceria entre Guiatel e IEPHA/MG cujo objetivo é divulgar nas capas das listas telefônicas imagens de peças sacras desaparecidas. Uma das edições do MGTV da Globo Minas destacou em seu telejornal que "Cerca de 600 imagens sacras que pertencem a igrejas do estado estão desaparecidas", a Band Minas também destacou a importância do projeto e mostrou as capas sendo imprensas no parque gráfico da editora, sem falar no jornal Estado de Minas que foi o primeiro veículo a noticiar para toda Minas Gerais que "Peças sacras desaparecidas seriam publicadas nas capas do Guiatel". Já nos últimos dias, especialmente do mês de agosto, a mídia abriu espaço para as comemorações do Dia do Patrimônio Histórico em Belo Horizonte e abordou desde o lançamento do Guia de Bens Tombados, passando pela exposição no terminal rodoviário do artista Paulo Miranda, até chegar no dia 17 de agosto, quando a Praça da Liberdade se transformou em um gigantesco palco cultural a céu aberto.

Mais uma vez a imprensa mineira deu um show de cobertura ao evento que reuniu mais de 15 cidades no cartão postal mais charmoso da capital. Globo, Rede Minas, Agência Minas Multimídia, Itatiaia, CBN, Band News, Estado de Minas e Hoje em Dia se encarregaram de mostrar aos seus leitores, ouvintes e telespectadores o que de melhor aconteceu na praça em comemoração ao Dia do Patrimônio Histórico.

A Assessoria de Comunicação Social do IEPHA, além de prestar atendimento aos jornalistas com informações relevantes sobre diversos assuntos, monitora diariamente todos os canais de comunicação em busca de resultados gerados pela imprensa. Parte deste trabalho está disponível em nosso site www.iepha.mg.gov.br. Acesse.

E continuamos trabalhando para pautar cada vez mais o patrimônio cultural e o IEPHA/MG nos principais meios de comunicação.

Fernando Viana Cabral Presidente do IEPHA/MG

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Junho Anastasia Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)

Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Leandro Pedrosa (MG 15156JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclato 90g/m³

Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais





CULTURA

Rua dos Aimorés, 1697 – Funcionários | CEP: 30.140-071 | Belo Horizonte – MG Tel: (31) 3235-2800 | Fax: (31) 3235-2858 | www.iepha.mg.gov.br Envie sua sugestão para: iepha@iepha.mg.gov.br

Praça da Liberdade, em BH, recebeu manifestação cultural "Dia do Patrimônio Histórico – Diversidade e Educação Patrimonial"

Por Leandro Pedrosa



Caeté

Sempre em busca de ouro, prata e metais preciosos, os bandeirantes e escravos peregrinavam pelas Minas Gerais do século 17. É nesse cenário que surge a cidade de Caeté. Em 1701, o sargento-mor Leonardo Nardez Sisão descobria minas de ouro em regiões densas de mata virgem, o que logo originou o nome do município. Na língua indígena, Caeté significa mato denso ou mata virgem. A cidade que possui tantas belezas naturais e culturais é contemplada por dois tombamentos de muita importância, o Conjunto arquitetônico e paisagístico da Serra da Piedade e a Casa João Pinheiro, ambos pelo IEPHA/MG.

Bainha Aberta — a tradicional técnica de bordado é de origem portuguesa e teve entrada em Minas Gerais em meados do século 18, durante o período do ciclo do ouro. A trama do tecido, após ser desfiada, recebe novas linhas que formam desenhos geométricos, flores e estrelas.

Queijão – O doce típico do distrito de Morro Vermelho, curiosamente não possui queijo em sua composição. De acordo com populares, o doce antigamente era assado na forma de queijo, possuindo assim o mesmo formato e originando o nome dessa iguaria.

| Cipotânea

A cidade foi fundada pelos bandeirantes em 07 de Agosto de 1711. Por localizar-se às margens do rio Xopotó, a região também era conhecida por Sipotaua, Xopotó ou Sipotana, mais tarde tornou-se distrito de Alto Rio Doce. Em 1938 mudou sua denominação para Cipotânea e em 1953 foi elevado á categoria de cidade. Possui terras férteis, principalmente às margens dos três rios. A população vive da agropecuária e agricultura, com ênfase na produção de milho feijão e buchas.

Artesanato da palha do milho – O milho é um alimento presente na humanidade há muito tempo. Muito antes da chegada dos colonizadores europeus, por volta do ano 1000 a.C; ele já fazia parte dos hábitos alimentares dos homens e mulheres presentes na América. Esse cereal sempre foi muito apreciado pela nossa população tupiniquim, Brasil.

Cipotânea é uma grande produtora de milho, dele a cidade tira vários derivados para a alimentação: da palha se faz o artesanato que é meio de rentabilidade de muitas famílias.

| Minas Novas – Comunidade de Coqueiro Campo

Coqueiro Campo é uma localidade do município de Minas Novas, integrante do Vale do Jequitinhonha, a nordeste de Minas Gerais. Distante 22 quilômetros de Minas Novas destaca-se entre as outras tantas comunidades rurais pela produção de artesanato em cerâmica. Como grande parte do Vale do Jequitinhonha, Minas Novas sofre com a escassez de chuva e poucas oportunidades, o que leva a maioria dos trabalhadores rurais a migrar para outras regiões. O trabalho em plantações de cana-de-açúcar no interior de São Paulo arrebanhava muitos desses trabalhadores que, no período da seca, ausentavam-se de suas casas, deixando a família alimentada pela esperança de seu retorno.

Diante dessa situação, as mulheres da comunidade de Coqueiro Campo enxergaram no trabalho com o barro, antiga brincadeira de criança e ofício herdado através de gerações, uma oportunidade de aumentar a renda familiar, melhorando suas condições de vida.

Mostra de peças feitas de cerâmicas e oficina de modelagem — Veículo de expressão do sentimento do belo, além de recipiente para usos variados, a cerâmica produzida em Coqueiro Campo é profusamente decorada de flores e folhas, elementos a mais em um jogo de formas arredondadas e tonalidades extraídas da terra — do branco ao marrom avermelhado. Fruto de um longo e delicado processo que envolve a coleta do barro, a sua transformação em argila, a modelagem, secagem, decoração e queima, essa cerâmica é testemunho (de certo modo) de vida, de descobertas tecnológicas e adaptações específicas de padrões estéticos próprios.

Com a ampliação dos mercados consumidores, esses objetos se tornaram uma fonte de renda que ajuda o aumento do bem estar das famílias ceramistas. Eles concretizam a possibilidade de que valores e saberes culturais tradicionais se tornem propulsores do desenvolvimento das pessoas em seus múltiplos aspectos, que vão do bem estar material à felicidade. Nesse sentido, a cerâmica feita conforme padrões seculares servem de meio para que o grupo se insira na sociedade moderna. A cidade de Minas Novas possui a Matriz de São Francisco de Assis e Capela de São Gonçalo como bem tombado pelo IEPHA/MG.

| Resende Costa

O Arraial da Laje, originário de um rancho de tropeiros, ganharia uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Penha de França no século 18, em torno da qual se desenvolveu. Lá nasceu e viveu José de Resende Costa Filho. Descendente de uma das famílias pioneiras do local participou da Conjuração Mineira e deu nome à cidade criada em 1912.























Resende Costa se destaca como uma das cidades mineiras que tem atualmente, na produção domestica têxtil, uma atividade produtiva informal que garante a sobrevivência de uma grande parte da sua população.

Tear Centenário — Ao entrar em Resende Costa o visitante se depara com um bonito colorido nas janelas das casas e nas portas do comércio. São as cores do seu notável artesanato têxtil. A cidade transpira as técnicas de trabalho no tear trazidas para a colônia pelos portugueses.

A arte do tear está bem preservada em Resende Costa, que se tornou importante para sua economia, deixando de ser uma atividade feminina para envolver famílias inteiras. Pelo segundo ano consecutivo o tear centenário, que conta mais de 120 anos, participa da comemoração e atrai os olhares de crianças e adultos que se interessam pela arte do tecer.

A produção local pode ser adquirida também no comércio de vários estados brasileiros e até no exterior. É um trabalho que atrai turistas e lojistas de toda a parte, que ali encontram uma produção de peças mineiras autênticas, bonitas e de qualidade.

| Nova Lima

O povoamento de Nova Lima iniciou-se com a mineração de ouro, quando, em 1701, o bandeirante paulista Domingos da Fonseca Leme instalou-se na região. Com a descoberta de novos veios de ouro, a atividade minerária atraiu outras expedições para o arraial. O município é conhecido em razão da beleza das montanhas e dos parques ecológicos — com lagoas e cachoeiras — e das matas remanescentes da Floresta Atlântica, entre as quais a Mata do Jambreiro. Outro importante atrativo de Nova Lima é a arquitetura das igrejas e monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Cultural.

Fotos sobre a mineração – Século 19 e 20 – A exposição exibe um pouco da história da mineração contada a partir de fotografias e do artesanato da cidade, mostrado através da arte da Escola de Artes e Ofícios Casa Aristides.

Sabará

Uma cidade que nasceu como ponto de descanso para os bandeirantes paulistas do Brasil-Colônia, hoje atrai outros tipos de desbravadores: turistas de Minas e de todo o mundo ávidos por viajar através de mais de três séculos de história. Às margens do Rio das Velhas, a cidade vizinha da capital completou, em 2011, 300 anos de elevação à vila e 336 de fundação. As primeiras expedições chegaram a Sabará por indicação dos índios. Eles contaram aos bandeirantes paulistas sobre um local que povoava o imaginário coletivo da época, o Sabarabuçu, (Serra da Piedade), cuja fama era de possuir, em abundância, ouro e outros metais preciosos.

A cidade é formada por 19 conjuntos arquitetônicos e bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN), quatro deles protegidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG), e 23 obras tombadas pelo Município.

Renda Turca — O resgate da tradição da renda Turca em Sabará ganha impulso a partir de 1983, quando o Museu do Ouro, na época vinculado à extinta "Fundação Nacional Pró-Memória", coloca em ação um 'programa educativo e cultural' com o intuito de resgatar alguns dos valores tradicionais da região. Hoje a atividade, predominantemente feminina é exercida no espaço doméstico, substituindo o lazer.

Palma Barroca — As tradicionais palmas são utilizadas, desde o período colonial, na ornamentação dos altares das matrizes e capelas mineiras, principalmente nos dias de festividade. Elaboradas manualmente sem o auxílio de equipamentos modernos essa transformação do papel, do tecido e latão em objetos de arte não abstém o uso da paciência, sensibilidade e do senso estético, ferramentas indispensáveis para contar história de um tempo em que o tempo não era contado tão depressa.

Palha da Bananeira – Ravena (Distrito de Sabará) mantém ainda a tranquilidade e a característica tipicamente rural. A fibra da palha da bananeira, utilizada no artesanato, é uma tradição.

| São João Del Rei

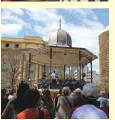
A cidade foi fundada em fins do século XVII por taubateanos liderados por Tomé Portes Del Rei que por isso é considerado seu fundador. Em 1709 a cobiça pelo ouro gera discórdia entre portugueses e paulistas dando causa à Guerra dos Emboabas acontecendo o triste episódio do "Capão da Traição" quando os paulistas foram emboscados e chacinados pelos portugueses. Em 08 de dezembro de 1713 o arraial alcançou foros de vila com o nome de São João Del Rei, homenagem a D. João V e também passa a ser sede da Comarca do Rio das Mortes. O ouro a pecuária e a agricultura foram os fatores de desenvolvimento e progresso da vila e aos 6 de março de 1838 é elevada à categoria de cidade. Na cidade nasceram os grandes heróis nacionais como, Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) e o Ex. Presidente Dr. Tancredo de Almeida Neves. As belas paisagens da cidade resultaram no tombamento do Conjunto arquitetônico e paisagístico pelo IEPHAN.

Tapetes de Rua – Confeccionados com areia, serragem, sementes e pétalas, tapetes de rua retratam a paisagem celeste nos paralelepípedos da cidade.

Enfeitar ruas para procissões é tradição em diversos países católicos e forrar as ruas com folhas e flores também é comum em países da Península Ibérica e da América Central. Nas velhas cidades brasileiras, essa manifestação evoluiu para a confecção de tapetes de areia, flores e serragem, ilustrados com a iconografia de símbolos religiosos. Em São João del Rei, os tapetes são tão criativos, minuciosos e delicados que é impossível não considerá-los sofisticadas obras de arte. Extremamente breves, passageiros, mas obras de arte.









































Serro

Sede de uma das quatro primeiras comarcas da Capitania das Minas Gerais, a antiga Vila do Príncipe, hoje, a cidade do Serro, ainda preserva características das vilas setecentistas mineiras. Seu acervo de arquitetura religiosa colonial está entre os mais significativos do Circuito dos Diamantes, pela homogeneidade do conjunto e alto nível de qualidade alcançada na ornamentação interna dos templos, sobretudo no que diz respeito à pintura em perspectiva dos forros.

O nome Serro vem da palavra indígena Ivituruí, que significa "serro frio". Serro frio é denominação atribuída aos nevoeiros bastante comuns na região acompanhados por correntes de ar frio e que geralmente, provocam baixas na temperatura. O nome é também uma alusão ao clima típico de montanha predominante no município.

O Serro foi a Primeira Cidade Brasileira Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1938, ao lado de seu acervo histórico-arquitetônico, representado pelos belos monumentos religiosos e notável conjunto de sobrados, a cidade guarda também outro importante aspecto de sua riqueza cultural do passado: as tradições folclóricas e festas religiosas.

Arte da fabricação do queijo — A cidade de Serro é muito conhecida pelo modo artesanal de produção do queijo que, em 2002, foi registrado como patrimônio imaterial pelo IEPHA/MG e, do Brasil, em 2008, pelo IPHAN.

Confira em nossa próxima edição do Jornal Bem Informado tudo o que aconteceu na comemoração do Dia do Patrimônio Histórico 2013 na Praça da Liberdade. Depoimentos dos visitantes, parceiros e também as atividades realizadas pelas cidades de Ouro Preto e Belo Horizonte.



Centros Culturais de Belo Horizonte contribuem para a preservação da memória da cidade

Por Leandro Pedrosa



Belo Horizonte nem sempre é visto como deveria quando o assunto é patrimônio cultural. Muitas vezes somos levados à ideia de que cultura é o que produzem os grandes centros, teatros, Museus, etc. Por esse motivo, a Fundação Municipal de Cultura, visando à descentralização da política cultural na cidade, criou em vários pontos de BH, os Centros Culturais.

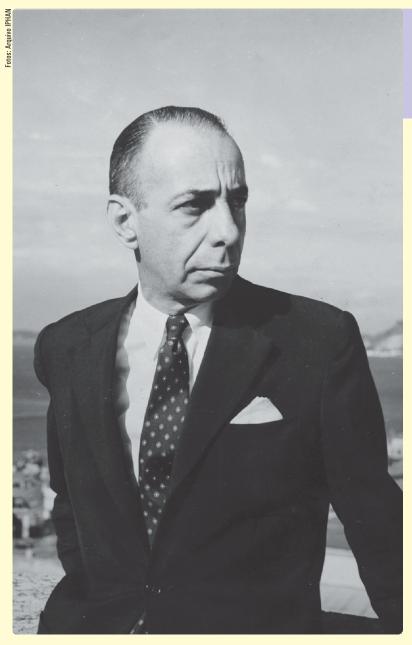
Enraizado principalmente nas periferias, hoje os 16 centros culturais realizam um trabalho interessante e motivador com a população. Remetendo ao folclore, histórias, literatura e outras tantas atividades, contribui diretamente para a preservação da memória e criação de políticas sociais de proteção ao nosso patrimônio. Tomamos como exemplo algumas propostas que ajudam a resgatar, preservar e compartilhar a história da região na qual está. "Bordando as Memórias do Zilah" (Zilah Spósito), "Projeto Memórias da Vila" (São Bernardo), "Senhores e Senhoras do Tempo" (Urca), são programas realizados em parceria com a população que através de fotos, contos, histórias e fatos marcantes, mostram um belo exemplo de preservação que

colabora para a formação cultural de todos os envolvidos, além da interação entre pessoas de diferentes idades.

Os profissionais envolvidos com os trabalhos dos Centros Culturais possuem uma característica em comum que chama a atenção, pedagogos, historiadores, técnicos, entre outros, defendem suas atividades e as executam com amor, dedicação e propriedade. Essa é a realidade, por exemplo, do Centro Cultural de Venda Nova (CCVN), construído com recursos do Orçamento Participativo, o local foi inaugurado em 12 de agosto de 2007, e sua principal proposta era atender as diversas solicitações da população através de um espaço que inserisse a região no cenário cultural. O centro conta com atividades interessantes, efetivas e pessoas comprometidas, porém muitas vezes esbarra na falta de apoio até da própria comunidade. "A divulgação hoje é realizada através das redes sociais e pelo famoso "boca- aboca", mas ainda assim muitas vezes o público fica um pouco abaixo do que esperamos", afirma Sabrina Damas, profissional do Centro Cultural de Venda Nova. Sabrina ainda planeja uma maior aproximação com as escolas municipais para aumentar o número de visitantes. As périferias buscam cada vez mais seu espaço na sociedade, as manifestações culturais são ainda o modo mais legítimo para se aproximar de todos. A riqueza cultural de nossas vilas e favelas, por exemplo, não podem de forma alguma sofrer com a falta de incentivos, financeiros e políticos, pois são peça fundamental de um quebra cabeça chamado política social. Mesmo diante de tudo que se tem de enfrentar a visão e missão dos envolvidos é de nunca se render as dificuldades e seguir em busca de parcerias que viabilizem a execução dos projetos. São essas as palavras de ordem que escutamos a todo o momento por parte das pessoas que se envolvem com os Centros Culturais e é com esse espírito que cremos que quem ganha com isso é a população.

Proteção do patrimônio cultural: o ideal conquistado

Por Adalberto Andrade Mateus



Em poucas vezes, no Brasil, uma única pessoa se associou tanto a um conceito e à defesa de um ideal, como foi o caso do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade. Não seria exagero também constatar a sua genialidade e constante obstinação para, além de ser responsável pela criação de uma repartição, no caso, dedicada à proteção do patrimônio histórico, tomar para si, com inteiro compromisso público, a responsabilidade de iniciar uma política e consolidar a sua efetiva atuação.

Nascido em Belo Horizonte, em 17 de agosto de 1898, Rodrigo é o filho mais velho do casal Rodrigo Bretas de Andrade e Dália Melo Franco de Andrade. Do lado paterno, descende à tradicional família de Ouro Preto, em que figura seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas, autor da primeira nota biográfica sobre o Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, em 1858. Pelo lado materno, Melo Franco, suas origens se enraízam na velha Paracatu do Príncipe, região noroeste do Estado.

Rodrigo fez o estudo das primeiras letras no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte. Aos 12 anos, foi matriculado no *Lycée Janson de Sailly*, em Paris-França, onde continuou o curso secundário. Morando com seu tio, o jornalista, escritor e jurista Afonso Arinos (1868-1916), conviveu com

"O acervo dos bens materiais produzidos por nossos antepassados, denominado patrimônio histórico e artístico nacional, é documento de identidade da nação brasileira" Rodrigo Melo Franco de Andrade

inúmeras personalidades que se destacavam na vida intelectual brasileira, como o escritor e diplomata Graça Aranha, o jornalista e político Tobias Monteiro e o escritor Alceu Amoroso Lima. Retornando ao Brasil, Rodrigo iniciou o curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Devido à transferência de moradia, fez parte do curso em Belo Horizonte e em São Paulo, o que permitiu seu contato com vários intelectuais.

Em 1919, já formado, trabalhou como oficial de gabinete do diretor da Inspetoria de Obras Contra as Secas, no Rio de Janeiro. Em 1921, no jornal O Dia, começou atividade jornalística em coluna que discutia os fatos, os livros e personalidades que marcavam a literatura de então. Em 1926, exerceu as funções de redator-chefe da Revista do Brasil, inserindo-a nas ideias defendidas pelo movimento modernista de 1922. Trabalhou também n'O Jornal, de Assis Chateaubriand, em que foi o diretor-presidente entre os anos de 1928-30. A atuação jornalística se estendeu a vários jornais e revistas como Estado de Minas, A Manhã, O Estado de São Paulo e O Cruzeiro.

Na década de 1930, foi convidado para a chefia de gabinete do ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. Na ocasião fez a indicação do arquiteto Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1936, veio a decisão que marcaria definitivamente a preservação do patrimônio histórico do país. Indicado por Mário de Andrade e Manuel Bandeira, Rodrigo foi convidado pelo ministro Gustavo Capanema para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN*. Era necessário instituir as diretrizes para garantir a proteção dos bens culturais e a definição de parâmetros legais e técnicos específicos para a área. Além do pioneirismo da criação de uma instituição de caráter prioritariamente cultural, Dr. Rodrigo, como era chamado pelos companheiros do SPHAN, teve a incumbência de garantir a sobrevivência junto a políticos e mudanças de governos.

Fruto do abnegado trabalho do Dr. Rodrigo, a política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional ganhou força e começou a ser desenvolvida com o amparo legal do decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937 que, dentre outras medidas, apresentou ao país a figura do Tombamento. Nos Livros do Tombo, instituídos pela legislação, deveriam ser inscritos os "bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". Difundido, o conceito passou a ser símbolo da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Dr. Rodrigo comandou a instituição de sua fundação, em 1937, até o ano de 1967, quando se afastou após 30 anos de dedicada atuação. Rubem Braga testemunhou a abnegação do Dr. Rodrigo quando das comemorações dos 20 anos da instituição, em 1956. Diz ele: "O que os funcionários ouviram foi um grave e delicado 'pito' e um apelo para que trabalhassem mais. Nenhum se queixou depois; todos ficaram comovidos porque o funcionário que Rodrigo mais censurou foi ele mesmo, o chefe. O chefe que viveu estes 20 anos exclusivamente para o serviço, a ele se entregou com um total carinho, uma completa humildade e uma extraordinária devoção. Depois de historiar, com áspera modéstia, o que o Serviço fez nestes 20 anos, Rodrigo fez a lista das coisas que se devia ter feito e não se fez e acusou disso em primeiro lugar a ele, chefe".

por Rodrigo Melo Franco de Andrade

Além da preservação do patrimônio, Dr. Rodrigo se preocupava com a divulgação do tema por meio da apresentação de estudos, ensaios e monografias. Nesse sentido, foi criada a linha editorial do SPHAN, com destaque para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujo nº1 foi lançado ainda em 1937. A publicação de artigos e ensaios sobre o patrimônio cultural do país é incumbida aos principais especialistas e pesquisadores, não se restringindo aos quadros de servidores do SPHAN. Na 2ª Exposição Internacional de Publicações Periódicas, realizada em Cuba em 1946, a Revista foi destacada dentre 1.711 publicações de todo o mundo quando, por unanimidade, o júri a concedeu diploma de honra. Dr. Rodrigo, na apresentação do nº1 destaca os propósitos da Revista: "A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possue e contribuir empenhadamente para o seu estudo". A Revista, em circulação até os dias de hoje, está no número 34.

Presente a seminários em todo o mundo sobre a temática de patrimônio, museus e história e participando pessoalmente de visitas técnicas a vários estados brasileiros, a figura de Rodrigo Melo Franco foi associada à de guardião do patrimônio cultural do país. Após se aposentar, em 1967, Dr. Rodrigo passou a fazer parte do Conselho Consultivo da instituição que criara, até a sua morte, em 11 de maio de 1969. Em 1998, ano do seu centenário, todo o Brasil passou a celebrar o Dia do Patrimônio Histórico.

* Atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Para saber mais:

Rodrigo e seus Tempos, Coletânea de Textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Com Notícia Biográfica de Teresinha Marinho).

Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

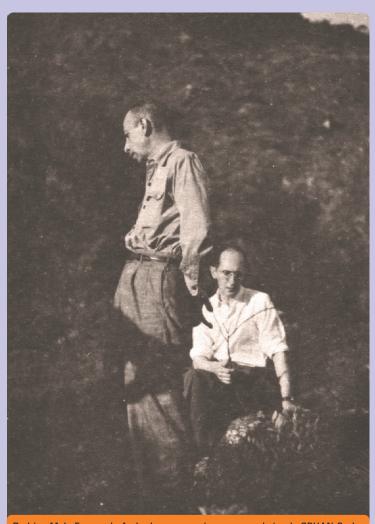


Livro lançado no Dia do Patrimônio Histórico apresenta documentação inédita

Dentro das comemorações do Dia do Patrimônio Histórico e dos 115 anos de nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi lançado, no dia 17 de agosto, um livro que apresenta uma série de cartas que contam boa parte da pesquisa desenvolvida pelo então SPHAN na cidade de Ouro Preto.

O livro "Em defesa do patrimônio: correspondência entre Manoel José de Paiva Júnior e Rodrigo Melo Franco de Andrade" apresenta 290 documentos que retratam os bastidores do início da ação de preservação do patrimônio cultural no Brasil, especialmente com relação aos artistas que trabalharam no período colonial em Ouro Preto. A edição foi organizada pelos pesquisadores Amilcar Vianna Martins Filho e Cléber Araújo Cabral e lançada pela Coleção Memória de Minas, do Instituto Cultural Amilcar Martins — ICAM, no Memorial Minas Gerais-Vale, na Praça da Liberdade.

De acordo com os organizadores, o livro, além de apresentar aos leitores documentação inédita de Rodrigo Melo Franco de Andrade, resgata o trabalho desempenhado por Manoel José de Paiva Júnior como colaborador do SPHAN, no processo de documentação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Ouro Preto, entre os anos de 1938 e 1968. "A correspondência de ambos permite observar tanto o trabalho de conscientização patrimonial efetuado por Rodrigo Melo Franco junto a pesquisadores, bem como a argúcia e o empenho de um sacristão, que se esforçava para auxiliar na conservação da memória e do patrimônio cultural de Minas Gerais", destaca a apresentação da edição que traz ainda o perfil biográfico dos correspondentes, fotografias inéditas e fac-símile de algumas cartas. Conheça na próxima edição um pouco mais da história de Manoel de Paiva Júnior e a preservação do patrimônio cultural mineiro.



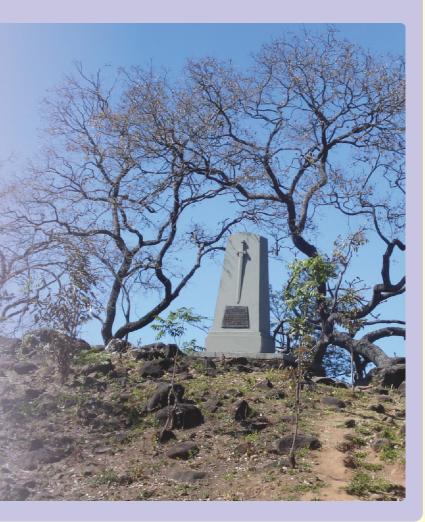
Rodrigo Melo Franco de Andrade com o amigo e companheiro de SPHAN Carlos Drummond de Andrade, em 1951, no Morro da Queimada – Ouro Preto/MG



| Muro de Pedras/Recanto dos Bravos - Santa Luzia

O detalhe dessa edição é a placa instalada no monumento que homenageia o centenário da Revolução Liberal de 1842. Projetado pelo arquiteto modernista Raphael Hardy Filho (1917-2005), o monumento fica no alto de uma colina da região onde se travou a batalha final entre as tropas liberais revolucionárias comandadas por Teófilo Benedito Otoni e as tropas legalistas comandadas pelo então brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva (o Duque de Caxias). De acordo com o diretor do Museu Histórico Aurélio Dolabella, Marco Aurélio Carvalho Fonseca, a tradução dos dizeres destaca a importância do movimento, considerado o mais significativo em termos políticos do período imperial em Minas Gerais: "Bons cidadãos, patriotas devotados pelejaram em campos opostos. As tropas imperiais, sob o comando de Caxias, vitoriosas, restituíram ao Brasil a paz, a ordem e a estabilidade".

Os 171 anos do fim da Revolução Liberal foram relembrados em cerimônia cívica realizada no dia 20 de agosto no Recanto dos Bravos, em Santa Luzia. Organizada pela Prefeitura Municipal e pelo Comando da 4ª Região Militar — Região das Minas do Ouro, a cerimônia teve como orador oficial o diretor-geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais, Eugênio Ferraz que, em seu pronunciamento, alertou para a necessidade da preservação do sítio histórico como testemunha dos fatos ocorridos na primeira metade do século 19. Na ocasião, foi entregue a Láurea Cruz da Batalha de Santa Luzia à ex-presidente do IEPHA/MG, jornalista Anna Marina Vianna Siqueira, à advogada Célia Barroso Pitchon e ao médico Edmundo Caldeira Brant.





BLOCO DE NOTAS

| Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco

O presidente do IEPHA/MG, Fernando Cabral, participou da VI Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco, realizada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico – FUNDARPE – e pela Diretoria de Preservação Cultural, entre os dias 12 e 16 de agosto. A Semana do Patrimônio Cultural, que é promovida desde 2008, tem por objetivo comemorar o Dia Nacional do Patrimônio Histórico. Durante o seminário Patrimônio Cultural e Políticas Públicas (Des)envolvimento e Desafios, Cabral participou da discussão sobre o tema Novas Urbes: Mobilidade, Patrimônio Cultural e Políticas Públicas.

Pesar

É com tristeza que registramos duas perdas na cultura mineira no mês de agosto. Faleceu em Mariana, o professor José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima, que foi ligado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente, José Arnaldo fazia parte do quadro de professores do Departamento de Museologia. Na década de 1980, o professor fez parte da equipe de estagiários do IEPHA/MG com participação em processos de tombamento. Em 1981, fez parte da equipe de organização do I Congresso do Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas, que contou

com a presença do pesquisador German Bazin. Em 1998, junto com Ronald Polito, fez o estudo crítico do livro Visitas Pastorais de dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), parceria do IEPHA com a Fundação João Pinheiro.

E no último dia 15 de agosto, faleceu em Belo Horizonte o escritor, jornalista e memorialista José Bento Teixeira de Salles. Membro da Academia Mineira de Letras, José Bento foi autor de livros que resgataram a memória política do Estado, como a do ex-governador Milton Campos, e a memória cultural e social da Rua da Bahia, na primeira metade do século 20. Em 2012, José Bento participou do programa Bem Cultural, produzido pela Rede Minas em parceria com o IEPHA/MG. A série "Da Boemia à Liberdade" abordou a história e o cotidiano da Rua da Bahia até a Praça da Liberdade, destacando seus personagens e lugares.

| Pesquisas no IEPHA/MG

A Biblioteca do IEPHA e o Atelier de Restauração continuam suas atividades, temporariamente, no Prédio Verde, na Praça da Liberdade, BH. O funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta-feira, de 09h às 12h e de 13h às 17h. Mais informações pelo telefone (31)9145-1219.

ECOS DO PASSADO Memórias dos bens culturais desaparecidos ou em risco

Por Raphael João Hallack Fabrino - Gerente de Identificação



m antigo cinema ou uma nova agência bancária? Uma usina hidrelétrica ou cava de minério em detrimento de uma paisagem natural. Construções históricas cedendo lugar a edificações modernas. Sob as premissas da perda e o incômodo causado por tais ausências, estava sendo debatido o "Dia do Patrimônio" em reunião da Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA/MG: "Se falamos tanto sobre arte sacra roubada porque também não falamos dos bens que já não podem ser recuperados?" Dessa ideia surgiu o tema da exposição, como ponto de partida de uma campanha, "Ecos do Passado – Memórias dos bens culturais desaparecidos ou em risco", que pereceram fruto de demolição, arruinamento, desmonte e sinistros.

Causou assombro a grande quantidade e a diversidade de bens significativos que desapareceram de nosso território. Fazendas, igrejas, casarões, cinemas e paisagens naturais que sucumbiram sob a égide de um conceito antiquado

de progresso, que opõe o desenvolvimento à preservação do patrimônio cultural e natural. Imaginem Minas sem suas montanhas, subjugadas pela extração mineral, sem suas fazendas históricas, cujo terreno necessário à produção de queijo e café fora retaliado por loteamentos e condomínios, ou com as casas de nossos antepassados e os sobrados dos barões cedendo lugar a shoppings, estacionamentos e edifícios de escritórios. Todos esses bens carregam como características serem portadores das referências identitárias do que conhecemos como mineiridade.

A interpretação do desaparecimento, nesses casos, está associada à perda da acessibilidade, fruição pública e função social desses bens. Suas ausências impedem que o grupo social compartilhe de seus múltiplos significados, estabelecendo uma relação diversa daquela anteriormente vigente — pois sua presença ou relevância sobrevivem apenas nos processos e imagens que se encontram arquivados, ou no imaginário dos que com eles firmaram contato ou relação. "Lá o imenso azul desenha ainda as mensagens de esperança nos homens pacificados - os doces mineiros que teimam em existir no caos e no tráfico", assim diria o poeta Carlos Drummond de Andrade, sobre a cidade "que se empavona sobre o corpo crucificado da primeira".

O distanciamento temporal dos fatos ocorridos no passado permite uma reflexão mais aprofundada sobre o discurso de progresso que proveu as cidades atuais. Ao visualizarmos os resultados alcançados e o espaço urbano que legamos, e confrontarmos com os relatos do cotidiano, ainda presente na memória de nossos idosos e adultos, colhe-se os subsídios e informações necessárias para responder a uma indagação, "Será que valeu a pena?"

Sem a pretensão de responder a essa pergunta, a exposição "Ecos do Passado — Memórias dos bens culturais desaparecidos ou em risco" busca exaltar a memória de antigas e significativas edificações já desaparecidas, com o objetivo de chamar a atenção para os bens que se encontram ameaçados ou em eminência de perda, assim como os bens preservados ou não pela força dos instrumentos legais do tombamento, registro e inventários. Ao optar por essa estratégia, a exposição se converte em uma ação educativa e pedagógica, que objetiva sensibilizar e sedimentar a corresponsabilidade dos cidadãos na preservação e

acautelamento dos objetos, lugares, edifícios e bens que os representam.

Dessa forma, pretende-se estimular o debate e a reflexão sobre o modelo de cidade e desenvolvimento econômico pretendido, salientando a necessidade de uma gestão compartilhada entre o estado e comunidade na preservação desses bens culturais, no intuito de compatibilizar o desenvolvimento econômico aos aspectos sociais, históricos e culturais atrelados à preservação e fruição do patrimônio. O IEPHA pretende ainda transformar a exposição em uma campanha participativa, onde os cidadãos possam contribuir com informações, registros e fotografias sobre os bens desaparecidos ou ameaçados em suas regiões. O material da exposição se encontra disponível para complementações e solicitações de empréstimo. Os interessados deverão entrar em contato com o IEPHA para agendamento.

Entrega de urnas e artefatos indígenas

Por Leandro Cardoso



Luana Roberta da Fonseca, recebe de Fernando Viana Cabral, presidente do IEPHA/MG o termo de entrega das peças restauradas.

O presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fernando Cabral, e o diretor de Preservação e Restauração, Renato Souza, entregaram em julho as urnas e artefatos indígenas, devidamente restaurados, ao município de Pedrinópolis.

Luana Roberta da Fonseca, ex-presidente do Conselho do Patrimônio Cultural de Pedrinópolis viajou 480 quilômetros para acompanhar a retirada das urnas e dos artefatos indígenas. Segundo ela, os cerca de 3.500 pedrinopolenses estavam curiosos para verem as urnas depois de restauradas. "Saí da cidade em direção a BH e deixei o pessoal lá super ansioso aguardando a nossa chegada com as caixas". O processo de remontagem e restauração em uma urna de grande porte foi minucioso e as peças foram encaixadas uma a uma cuidadosamente. "Temos outros elementos arqueológicos na cidade, mas essa urna é a maior de todas", afirma Luana.

O casal paulista Rui Meneses e Juliana Donadon Meneses chegaram com os filhos Miguel (4) e Rui (6) bem na hora em que a caixa (destampada) com a maior peça estava sendo levada ao caminhão. Os garotinhos ficaram encantados ao se depararem com aquele objeto todo em barro e jamais imaginavam que se tratava de uma urna indígena tão antiga. Juliana é pesquisadora e já conhecia a capital mineira, mas o marido e os filhos não. "Estive em BH há mais ou menos uns dez anos, porém sozinha, agora resolvi voltar com a família completa. Estávamos conhecendo a Praça da Liberdade quando entramos no prédio para pedir informações e acabamos encontrando essa linda urna. Meus filhos ficaram maravilhados com o tamanho dela", relata a paulista de Guarulhos.

Até os funcionários da transportadora aproveitaram para tirar uma foto ao lado da urna restaurada, afinal de contas não é todo dia que se transporta um objeto tão valioso como este.

Caberá ao município de Pedrinópolis manter a guarda destes bens culturais, que deverão ser expostos e acondicionados em local seguro, pois trata-se de um patrimônio cultural da União. Segundo a ex-presidente do Conselho do Patrimônio da Cidade, a prefeitura fará, até o final deste ano, uma reforma na Casa da Memória, espaço onde ficarão expostas e vão receber a visitação de moradores e turistas.







A empresa que executou a restauração foi a Oficina de Arte e Restauro e o custo dos trabalhos foi de R\$ 53.970,00, que incluiu também o restauro de peças pertencentes ao município de Moema que ainda não foram entregues.

Os artefatos, separados em fragmentos, foram encontrados no ano 2000 por moradores locais e coletados pelo arqueólogo do IEPHA Fabiano Lopes, juntamente com técnicos do IPHAN. O conjunto compõe-se de uma urna de grande porte; uma de médio porte e outra pequena, além de fragmentos arqueológicos que não foram passíveis de remontagem. As peças passaram por processo de restauração e consolidação para recuperar sua identidade física e documental. Através desta ação, foi possível a remontagem das peças de modo a identificá-las e associá-las a tradições indígenas no estado de Minas Gerais. As etapas de conservação ainda promoveram a higienização das peças e seu reforço estrutural.



Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte

Por Adalberto Andrade Mateus

m bem cultural que se destaca pela imponência de suas linhas arquitetônicas e pelo invejável título de "Casa das Letras e do Saber". Assim pode ser definida a sede da Academia Mineira de Letras, tombada como patrimônio cultural de Minas Gerais em 15 de março de 1988, com recomendação para sua inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes.

Localizado na tradicional rua da Bahia, número 1466, o palacete foi construído, a partir de 1915, pelo médico Eduardo Borges da Costa, para funcionamento do seu consultório e, posteriormente, para residência de sua família. O Guia dos Bens Tombados de Belo Horizonte aponta o projeto como sendo de autoria de Antônio da Costa Christino, arquiteto,

construtor e desenhista de origem portuguesa. Em 1926, foi apresentado à Prefeitura projeto para remodelação e aumento da edificação com a construção de um segundo pavimento. Este, por sua vez, é assinado por Luis Signorelli.

O chamado Palacete Borges da Costa se destaca como um dos melhores exemplares da arquitetura residencial de Belo Horizonte, refletindo o estilo eclético com elementos de inspiração clássica.

Beatriz Borges Martins, em seu livro de memórias, relembra a ampliação que permitiu a transferência da família para o palacete e destaca detalhes que o confere imponência: "A casa, depois de pronta, ficou com 44 cômodos, incluindo-se os do consultório. Papai contratou um mestre-de-obras eficientíssimo, o Sr. Antônio Mias, que fiscalizava tudo com a máxima honestidade e muita competência. "A construção foi muito lenta, pois papai exigia que tudo ficasse perfeito. Aquela casa é uma verdadeira fortaleza. "A companhei de perto a obra, visto que morávamos na casa ao lado. Lembrome de quando estavam fazendo os alicerces: abriam umas valas enormes e, nelas, jogavam pedras tão grandes, que só um guindaste conseguia levantálas e coloca-las nos devidos lugares. "A esquadria interna é toda de jacarandá, como também a escada, cujos degraus, do lado de baixo, também são forrados com almofadas dessa madeira." p.22. (A vida é esta... 2ª ed. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013)

Um dos destaques no terreno da edificação é o anexo projetado pelo escritório do arquiteto Gustavo Penna e inaugurado em 1993. O anexo foi premiado pela seção mineira do Instituto dos Arquitetos do Brasil e é uma das intervenções contemporâneas próxima a um bem tombado das mais citadas. Nas palavras do arquiteto, "o edifício anexo da Academia, com seu gesto, recebe o olhar de quem sobe a Rua da Bahia e conduz para o solene casarão dos Borges da



Costa. Ambos os prédios guardam sua identidade, mas dialogam entre si através da harmonia dos volumes e de elementos arquitetônicos reutilizados. Conversa de dois tempos, duas formas (de ver) contrastantes que geram um lugar aberto. A cidade é uma soma de tempos".

Em 30 de junho de 1986, por meio do decreto estadual nº 25.993, o Governo do Estado desapropriou o imóvel e o repassou à Academia Mineira de Letras.

O sodalício das letras

A Academia Mineira de Letras foi fundada na cidade de Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909 por um grupo de pessoas ligadas à literatura e à cultura, em que destacava a presença de escritores, jornalistas, advogados, entre outros. Entre os objetivos do grupo, o culto, a defesa e a sustentação da pureza da língua e a produção intelectual.

É de salientar a grande importância de Juiz de Fora no cenário nacional, em que se destacava o progresso e a vanguarda industrial no início do século 20 em meio à uma destacada imprensa que, à época, pareava com a da capital federal, o Rio de Janeiro. Os fundadores da Academia, desejando ver a instituição literária em destaque estadual, lhe deram dimensão abrangente em sua própria denominação e em seus objetivos iniciais. Em 1915, os membros da Academia acordaram com a transferência das atividades para a Capital do Estado, Belo Horizonte.

Com atuação decisiva, o então presidente Vivaldi Moreira (presidente perpétuo), após 12 anos de articulação junto aos poderes públicos, conseguiu a cessão, em comodato, do palacete Borges da Costa que foi cognominado Casa de Alphonsus de Guimaraens. A exemplo da Academia Brasileira de Letras, a Academia Mineira de Letras é integrada por 40 membros e, atualmente, é presidida pelo acadêmico Olavo Celso Romano.

História política mineira contada por seus personagens

Por Adalberto Andrade Mateus



Estado, como se denominava então, e de exgovernadores de Minas Gerais", destacou o governador.

Para Marcello Dantas, o desafio maior foi preparar uma exposição harmônica e que fosse invisível dentro de um espaço já ambientado e decorado originalmente. "Num primeiro momento, num primeiro olhar para esse palácio, notei que nada mais poderia ser ocupado. E exatamente isso que se tornou o desafio, de contar uma história, sem ocupar nenhum espaço físico. Fazer com que a história aparecesse das paredes. Que você as ouvisse, que ela aparecesse nos móveis, nas salas e trouxesse à tona um pouco da memória íntima, um pouco da memória pública, um pouco daquilo que transitou por essas paredes e que, agora, está aberto ao público", afirmou o designer que também foi responsável pelo projeto do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e do Museu das Minas e do Metal, integrante do Circuito Cultural da Praça da Liberdade.







A exposição "Palácio da Liberdade – Memórias e Histórias" contou com pesquisa da historiadora Maria Eliza Linhares Borges e levantamento iconográfico das pesquisadoras Vanessa Viegas e Solange Santos.

Surpresas em cada móvel, em cada imagem

á imaginou estar diante de uma mesa, no quarto do governador de Minas Gerais, conversando com Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917), e ele contando detalhes da criação da capital mineira em Belo Horizonte, em 1897? Ou ainda, João Pinheiro da Silva (1860-1908), que governou o Estado entre os anos de 1906 e 1908, apresentando detalhes de sua trajetória política, incluindo a fundação do Partido Republicano Mineiro? O que poderia passar por delírio ou imaginação, agora pode ser uma experiência entremeada de tecnologia e muita história.

Desde o último dia 29 de julho, o Palácio da Liberdade conta a sua própria história com imagens e sons. O novo projeto museográfico, intitulado "Palácio da Liberdade – Memórias e Histórias" foi concebido pelo designer Marcello Dantas e vai possibilitar que os visitantes façam uma viagem no tempo e conheçam detalhes da história política do Estado e, em especial, de 16 ex-governadores, todos já falecidos.

Com avançados recursos tecnológicos que incluem vídeo, animação e outras mídias digitais, o projeto foi resultado de um acordo de cooperação técnica do governo de Minas com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e com o Serviço Social da Indústria (Sesi). O governador Antonio Anastasia destacou a nova fase do bem cultural com os novos recursos museográficos que possibilitam uma vivência da história. "O Palácio da Liberdade tem uma característica singular na história, não só de Minas, mas do Brasil, pelo que suas paredes, seus lustres, sua escadaria belga foram testemunhas ao longo de mais de 100 anos. Então, o objetivo foi saudar, em uma grande trajetória histórica, um verdadeiro caleidoscópio de emoções aqui consolidadas, a trajetória, algumas experiências da vida de ex-presidentes do

As novas instalações museográficas implantadas no Palácio da Liberdade vão possibilitar aos seus visitantes um mosaico que perpassa a história política mineira desde o final do século XIX, quando se concretizava a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Em simulações audiovisuais, personagens históricos ganham vida e voz, como é o caso de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), que governou entre 1926 e 1930, e 'salta' da galeria de retratos dos ex-governadores e esclarece sobre os métodos políticos vigentes à sua época.

A tecnologia também se ampara em animações e permite um bate papo animado entre o ex-governador Milton Campos (1900-1972) com o escritor Pedro Nava e os poetas Carlos Drummond de Andrade e Emílio Moura. E, com os traços do cartunista Paulo Caruso, a trajetória do ex-governador Itamar Franco (1930-2011) é relembrada. Tancredo Neves e Benedito Valadares também são destaque no chamado Salão Vermelho. O primeiro, em vídeo com cenas históricas e, o segundo, em música de autoria de Thiago Melo. Os visitantes ainda poderão tirar o telefone do gancho e ouvir a conversa entre Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer sobre a construção do Palácio das Mangabeiras. Na Sala de Almoço (foto maior), um vídeo apresenta uma mesa mesa de quitutes em que Israel Pinheiro anuncia à família a decisão de erguer o Palácio dos Despachos. Uma interessante maneira de conhecer a história.

Visite o Palácio da Liberdade e confira a exposição "Palácio da Liberdade — Memórias e Histórias"

Sábados, domingos e feriados: 10h às 15h.

Com informações da Agência Minas